



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004163-30.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **Vitória Régia Comercial São Carlos - Me**  
 Requerido: **Banco Bradesco Financiamento S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

**VITÓRIA RÉGIA COMERCIAL SÃO CARLOS – ME**, representada por **Cláudio Vismara**, intentou ação ordinária c/c pedido de antecipação de tutela jurisdicional em face de **BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO**. Alegou que realizou com a ré contrato de concessão de crédito com cláusula de alienação fiduciária, obrigando-se a pagar 36 parcelas mensais no valor de R\$ 2.550,38. Apontou a ocorrência de cobrança de tarifas ilegais, aplicação de taxa diferente da entabulada no contrato e ainda, abusividade contratual. Pleiteou pela revisão nas cláusulas contratuais, com consequente devolução dos valores que alega ter pago à maior. Requereu a inversão do ônus da prova e a concessão de tutela antecipada para aplicação das taxas de juros pactuadas. Por derradeiro, requereu os benefícios da assistência jurídica gratuita.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 15/49.

Determinada a apresentação de documentos para a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais (fl. 50), a parte autora se manteve inerte, sendo determinada a juntada das últimas declarações de IR da autora, pela serventia (fl. 54).

Documento juntado à fl. 57.

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**

De início, verifico que a autora, ignorando decisão deste juízo, deixou de trazer aos autos os documentos comprobatórios da hipossuficiência alegada, o que é obrigação de quem requer a gratuidade. Assim, **indefiro os benefícios da justiça gratuita**. Anote-se.

Trata-se de ação que visa a revisão do contrato firmado entre as partes, diante da alegação de abusividade das cláusulas contratuais.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pois bem, muito claro que o pretendido com o presente feito é a obtenção dos efeitos patrimoniais advindos da revisão das cláusulas contratuais, tidas pela requerente como abusivas.

Sendo assim, a ação se sujeita ao prazo prescricional trienal nos moldes do art. 206, §3º, IV, do CC/02. *In verbis*: "Prescreve: (...) §3º: Em 03 anos: (...) IV: a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa".

Neste sentido se posiciona o E. STJ:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA COLETIVO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DA EXTINÇÃO DO CONTRATO. IMPRESCRITIBILIDADE AFASTADA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL ANUO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. DESCARACTERIZAÇÃO. O objeto da ação não se restringe à declaração de nulidade das cláusulas contratuais, pretendendo o recorrente, em verdade, a obtenção dos efeitos patrimoniais dela decorrentes, depois de extinto o contrato, de sorte que a pretensão deduzida não é declaratória, puramente, e, portanto, se sujeita a prazo prescricional. (Grifo meu). (STJ. REsp 1369787 SC 2013/0067370-6. T3 - TERCEIRA TURMA. Julgamento 20 de Junho de 2013. Publicação DJe 01/08/2013. Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI).

A contagem do prazo prescricional, no caso, se inicia com a assinatura do contrato, que se deu em 05/03/2015, conforme documento de fls. 31/38. Assim, tendo sido realizado o protocolo da petição apenas em 05/05/2018, claro o transcurso do prazo prescricional.

Dessa maneira, de rigor a extinção do feito, salientando-se que a prescrição é matéria que pode ser conhecida de ofício, conforme disposto no artigo 332, § 1º, do Novo Código de Processo Civil (Apelação Cível nº 990.10.036655-6, 20ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Desembargador REBELLO PINHO).

Friso que, seguindo os preceitos do art. 10, do CPC, foi oportunizada à parte a manifestação acerca da ocorrência de eventual prescrição sendo que esta se manteve totalmente inerte.

Ante o exposto, reconheço a prescrição e **JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE** o pedido inicial, com exame do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso II c.c. artigo 332 §1º, ambos dispositivos insertos no Novo Código de Processo Civil.

Custas e despesas processuais pela autora. Intime-se para pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa. Na inércia, inscreva-se.

Cumpra, a serventia, o disposto no art. 241, do NCPC.

Com o trânsito em julgado e cumpridas as determinações, ao arquivo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

P.I.

São Carlos, 25 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**